

PROGRAMA DE ACÇÃO

PROPOSTA ALTERNATIVA

Os sindicatos abaixo discriminados, ao abrigo do artigo 20º. do Regulamento do XIII Congresso, apresentam esta proposta alternativa ao Programa de Acção do Congresso.

Lisboa, 23.Fevereiro.2016

Os sindicatos:

1. Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD)
2. Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira (SERAM)
3. Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta (STBA)
4. Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro
5. Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio de Vestuário e de Artigos Têxteis. (SINPICVAT)
6. Sindicato Nacional dos Profissionais da Industria e Comércio do Calçado, Malas e Afins
7. **Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS) – Falta Confirmação**

INTRODUÇÃO

- 1ª. PROPOSTA

Substituir o texto da página 3, linha 38 até à página 4, linha 17, pelo seguinte texto:

A CGTP realiza o seu XIII Congresso no contexto de um novo ciclo político mais favorável aos trabalhadores, após as eleições legislativas em que a maioria dos portugueses recusou a austeridade destrutiva dos últimos anos e votou pela mudança, entregando a maioria de votos e de mandatos aos partidos da esquerda, e fruto dos acordos políticos que estes partidos entre si celebraram, rejeitando o acesso da direita coligada e minoritária à governação e viabilizando a constituição do Governo do PS.

Esta mudança política de grande alcance é inseparável do firme combate e da ampla mobilização social desenvolvidos pelos trabalhadores e pela CGTP-IN contra a austeridade e contra a política de direita que agrediu e humilhou os trabalhadores, a maioria dos portugueses e o país. Primeiro com os PEC, depois brutalmente agravada pela coligação governante da direita radical que assumiu como programa ir além da própria troika e que, em nome do combate ao défice nas contas públicas e à dívida pública, nada resolveu e tudo piorou. Aumentou o endividamento, a desigualdade, o empobrecimento, a precarização e a desvalorização do trabalho, atirando a emigração de novo para os níveis dos anos 60 do século passado e causando estagnação e recessão económica.

A mudança política verificada comprova que valeu a pena a luta tenaz conduzida pela CGTP-IN, contra estas políticas conduzidas pela CGTP-IN, que convergiu e se somou à resistência e à iniciativa de outros movimentos sociais, espaços de cidadania e forças políticas. A direita acabou derrotada e desalojada da governação.

Este é pois um novo ciclo político mais inclusivo e mais democrático, que rompe com as lógicas de exclusão da participação nas soluções de governação dos partidos à esquerda do PS e que é portador da esperança de que a maioria social e política que se exprimiu nas urnas e na construção da solução política de governo seja agora capaz de reparar e reverter a desastrosa herança política, económica e social da troika e da governação do PSD e do CDS.

O novo quadro político, embora cheio de dificuldades, contradições, incertezas e marcado por constrangimentos internos e externos e por uma crise sistémica do capitalismo mundial, apresenta assim melhores condições e novas possibilidades para o combate da CGTP-IN e para a acção colectiva dos trabalhadores em defesa do trabalho digno e dos direitos sociais.

Melhores condições para que a maioria social e política contra a austeridade possa ser o suporte de reais alternativas políticas que assegurem o desenvolvimento económico e a justiça social, cumpram a Constituição e defendam a soberania nacional e o país dos constrangimentos do Tratado Orçamental e de uma União Económica e Monetária talhados à medida dos interesses dos poderosos e dos mercados financeiros. Melhores condições para a exigência da reposição dos direitos sociais e laborais gravemente danificados e sacrificados pela ruínosa política de austeridade e para conter e reverter o saque do que resta de serviços e empresas públicas. Melhores condições para lutar por que as políticas públicas e a governação enfrentem com sucesso os graves problemas do desenvolvimento económico, da criação de emprego e da promoção do trabalho com direitos, do combate à desigualdade social e à pobreza, do garrote da dívida e do equilíbrio das contas públicas, da requalificação dos serviços públicos e da recuperação de empresas públicas, da valorização do Estado Social e do controle público do sistema financeiro, cuja danosa gestão privada tantos males já causou à economia e ao País.

Nada está garantido. São muitos e poderosos os adversários internos e externos de uma governação e de uma alternativa política à austeridade e que defenda o Estado Social, a democracia, o trabalho digno e o poder de decisão soberano dos portugueses sobre o seu futuro colectivo.

O sindicalismo de classe, independente, democrático e solidário que a CGTP-IN representa é assim chamado a ter um papel da maior relevância social e política para a consolidação e o desenvolvimento de soluções políticas favoráveis aos trabalhadores e ao país. Mobilizando e organizando os trabalhadores para o combate pelo trabalho digno e com direitos e pela qualificação, defesa e valorização das funções sociais do Estado, da Segurança Social pública, do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, da água e dos transportes públicos. Dialogando com a cidadania activa, movimentos sociais e forças políticas para a construção das necessárias convergências capazes de sustentar o progresso, a justiça social e o desenvolvimento do país. Assumindo as suas responsabilidades na intervenção nas instituições políticas onde é chamado a representar os interesses dos trabalhadores e aí lutando por políticas públicas e alternativas que tenham em conta as suas aspirações e respeitem os seus direitos.

Em nenhum momento histórico os sindicatos foram mais necessários do que na época actual, em que as relações de trabalho, em acelerada mutação e fortemente precarizadas, estão mais desequilibradas em favor do capitalismo contemporâneo, globalizado e comandado pelo capital financeiro e em que a oposição de interesses entre o trabalho e o capital é profunda e indisfarçável, apesar da hegemonização neoliberal do espaço público.

É por isso este o tempo de assumirmos os exigentes desafios da revitalização do sindicalismo, do seu papel na representação da centralidade e do valor do trabalho e da sua valorização como componente essencial da democracia, exigindo o efectivo respeito patronal e do Estado pelos direitos e liberdades sindicais, um diálogo social efectivo e não instrumentalizado e soluções para o insustentável e vergonhoso bloqueio da negociação colectiva, insuportável e inaceitável numa sociedade democrática.

É este o tempo de reclamarmos para os sindicatos, obreiros históricos da conquista de direitos laborais e sociais que são avanços civilizacionais e democráticos, o seu papel central e insubstituível na democracia.

É este o tempo de assumirmos as tarefas do combate ao declínio da sindicalização e da participação dos trabalhadores nos sindicatos, do reforço da solidariedade e da unidade na acção colectiva, do exigente

desafio da representação efectiva dos interesses do precariado e do combate à divisão geracional em matéria de direitos, do reforço e da maior qualificação do apoio sindical aos trabalhadores, de uma maior e mais eficaz actividade e organização sindical nas empresas, da superação do insustentável bloqueio da contratação colectiva.

Precisamos de um sindicalismo de classe independente, democrático e solidário renovado para o nosso tempo, assumindo o conflito e a oposição social de interesses e de classes como centrais no dinamismo de sociedades democráticas e sabendo combinar a luta e a mobilização social com o diálogo e a construção de compromissos e acordos que façam avançar a justiça social e laboral e reponham um maior e mais justo equilíbrio nas relações de trabalho. Precisamos de tornar o movimento sindical mais representativo, mais democrático, mais independente e mais participado, aprofundando e valorizando os princípios que fazem parte da identidade da CGTP-IN.

- 2ª. PROPOSTA

Substituir o texto da página 6, linha 19 até linha 25 pelo seguinte texto:

Estes diferentes aspectos traduzem ~~três vários~~ três ~~vários~~ vários vectores-chave da evolução da UE, ~~os quais são indissociáveis: o neoliberalismo, o federalismo e o militarismo.~~ que estão intrinsecamente interligados, e expressam o carácter estruturalmente de Direita, neoliberal e conservador prosseguido pela actual Comissão e pelo Conselho. A UE é cada vez mais marcada pelo neoliberalismo, o qual representa uma profunda regressão quer das condições de vida da generalidade das populações e, em particular dos trabalhadores, quer de princípios e valores fundamentais, incluindo o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais e a solidariedade entre os povos. A UE é cada vez mais um espaço onde os interesses económicos ~~as liberdades económicas~~ se sobrepõem aos direitos sociais e onde aqueles que tudo produzem são uma mera mercadoria.

- 3ª. PROPOSTA

Substituir o texto da página 9, linha 12 até linha 26 pelo seguinte texto, incluindo o título:

PELO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA SOCIAL, ECONÓMICA, POLITICA E CULTURAL

CGTP-IN considera que este é um Portugal desenvolvido! Um Portugal desenvolvido é inseparável do cumprimento dos princípios constitucionais e de um aprofundamento da democracia social, económica, política e cultural. Uma sociedade com défices democráticos é frágil e os seus cidadãos e trabalhadores estão mais vulneráveis face aos grandes interesses económicos. A CGTP-IN defende que o seu conceito de desenvolvimento é integral e que desenvolvimento económico é indivisível de um permanente desenvolvimento da democracia em todos os campos da vida social. Para a CGTP-IN, a democracia é um factor de desenvolvimento que se compagina e repercute directamente no desenvolvimento económico e que a vida democrática não se circunscreve somente à realização de eleições livres, periodicamente, mas que se dissemina transversalmente no tecido social, do país à empresa, da escola às autarquias, das relações sociais às relações laborais, dos valores e símbolos aos comportamentos sociais.

A sociedade portuguesa tem profundos défices, desequilíbrios e vulnerabilidades. Corrupção em larga escala; polarização na distribuição do rendimento e da riqueza; marginalização dos jovens, das mulheres e dos mais idosos; desvalorização social do trabalho; discriminações, desigualdades; insustentabilidade ambiental. A CGTP-IN considera que só uma participação social forte e um Estado interveniente pode combater esta situação e responder a atrasos e desafios prementes do país e da sociedade.

A democracia social implica que os direitos sociais sejam mantidos e progressivamente melhorados. Os direitos sociais são uma das formas indirectas de distribuição da riqueza. As políticas neoliberais e

conservadoras pretendem reduzir ou mesmo eliminar os direitos sociais, substituindo-os por medidas assistencialistas, reduzindo ao máximo a função social do Estado e entregando a associações caritativas ou entidades religiosas essa função. O memorando da *troika*, aliado às políticas do Governo PSD-CDS/PP, levaram à estruturação do Estado Social e dos serviços públicos que o suportam. A CGTP-IN defende a democracia social e a coesão social da sociedade, o que passa pela harmonização no progresso; a igualdade de oportunidades; a promoção da igualdade e o combate a todos os tipos de desigualdades; a melhoria sustentada das condições de trabalho e de vida.

A democracia económica exige a submissão ao poder político do poder económico e uma economia social e ambientalmente sustentável, de modo a que todos beneficiem do seu desenvolvimento e dos seus benefícios, tanto as gerações actuais como as vindouras. Urge inverter a submissão real do poder político ao poder económico. Para a CGTP-IN, a democracia económica é inseparável do controlo público dos sectores básicos e estratégicos e da dimensão social, que deve ser imposta a toda a actividade económica, com firme combate a todas as formas de fuga dos grandes grupos económicos aos impostos devidos e ao benefício colectivo dos lucros produzidos

A democracia política representa a existência de liberdades políticas, eleições livres e Direitos Humanos mas igualmente a presença de condições que permitem uma participação dos cidadãos em todas as esferas do poder político, do nacional ao local; a transparência de processos de participação democrática; a responsabilidade publicamente assumida pelos responsáveis políticos a todos os níveis; a separação entre o Estado e a Religião e entre os interesses públicos e os privados. A democracia política deve assentar no desenvolvimento e incentivo à participação dos cidadãos e das organizações sociais a todos os níveis. Para a CGTP-IN, a defesa permanente e a aplicação constante da Constituição da República Portuguesa, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Carta Social Europeia e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia é uma reivindicação sempre presente política e socialmente.

A democracia cultural expressa-se numa sociedade que aspira ao desenvolvimento social, económico, cultural e político e que, para alcançar este objectivo, cria condições de igualdade de oportunidades no acesso aos bens culturais, incentiva a uma democracia cultural plena, com a promoção de políticas públicas que permitem a criação cultural sem qualquer tipo de constrangimento económico e social ou qualquer tipo de discriminação. A democracia cultural manifesta-se no plano do apoio devido à criação artística e defesa do património histórico, no apoio à sua presença junto de todas as camadas da população e na defesa intransigente da liberdade de criação cultural, com clara rejeição da instrumentalização da cultura pelo poder político. Neste sentido, as políticas restritivas na área da cultura que estão a ser seguidas pelo Governo do PSD/CDS significarão, também nesta área, um grave retrocesso civilizacional. Neste sentido, a CGTP-IN continuará a defender a existência e promoção de políticas públicas neste importante campo e da liberdade de criação cultural dos actores culturais.

- *NOTA - todos estes parágrafos foram retirados na íntegra do Programa de Acção do XII Congresso – subcapítulo “1.7. - Pelo aprofundamento da democracia social, económica, política e cultural”, pontos de 1.7.1. a 1.7.6.*

CAPITULO 1

- 4ª. PROPOSTA

Substituir o ponto 1.2.5. - texto da página 11, linha 30 até linha 36 - pelo seguinte texto:

1.2.5. Os sindicatos e o sindicalismo são hoje objecto de uma forte ofensiva ideológica e política visando dividir e enfraquecer a capacidade de organização e defesa dos trabalhadores e desequilibrar ainda mais em favor do capital as relações de trabalho. Por um lado, procurando domesticar e descaracterizar a natureza de classe dos sindicatos, para os fazer perder a sua autonomia e independência e comprometé-los na aceitação das lógicas de dominação e exploração do capitalismo globalizado e financeirizado e da ficção da

superação do conflito entre capital e trabalho. Por outro lado, desvalorizando e atacando os sindicatos como instituições ultrapassadas e inúteis face a um mundo do trabalho mais fragmentado, precarizado e individualizado, e classificando-os como representantes de interesses ditos “corporativos” que seriam opostos ao interesse geral e ao bem comum. A CGTP, pela centralidade do seu papel na representação e defesa dos trabalhadores, é alvo privilegiado desse ataque ideológico e político, que visa assim desqualificar a sua insubstituível acção de representação organizada dos interesses do mundo do trabalho, não oposta, mas parte da formação do bem comum e do interesse geral.

1.2.6. O papel da CGTP-IN na sociedade portuguesa e o contributo continuado e determinante que tem dado às causas do trabalho, dos direitos sociais e da democracia, a presença constante nas empresas e o papel dos sindicatos no apoio quotidiano aos trabalhadores e aos seus problemas laborais, na mobilização social contra a austeridade e por mudanças políticas, são o melhor testemunho de que o sindicalismo é uma força indispensável e estruturante da democracia para a representação organizada dos interesses do trabalho e incontornável o seu contributo para a determinação do nosso futuro colectivo.

- 5ª. PROPOSTA

A seguir ao ponto 1.2.7., página 11, incluir os seguintes textos:

1.2.7. A unidade na acção é um processo cuja construção social se deve desenvolver em todas as dimensões e a todos os níveis e que deve ser característica fundamental da CGTP-IN e dos sindicatos filiados ou que convergem com os seus valores. Exige diálogo e debate participado para a determinação dos problemas, das reivindicações e das propostas comuns que servem os interesses dos trabalhadores e a caminhada para a sua emancipação, e para a escolha das formas de acção colectiva mais apropriadas. Exerce-se na empresa, entre trabalhadores e os seus representantes, buscando na unidade a alavanca da protecção dos interesses comuns. Exerce-se no diálogo entre organizações sindicais, filiados na CGTP-IN e não filiados, incluindo com a UGT e os seus sindicatos, com respeito pelas respectivas identidades e autonomia de orientação, sempre que sejam realizáveis objectivos e reivindicações comuns e encontradas formas comuns de acção.

1.2.8. O empenhamento da CGTP-IN e dos seus sindicatos no fortalecimento da unidade de acção dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos e no diálogo intersindical e na empresa com esse objectivo não significa abdicação da sua autonomia, da afirmação própria das suas análises, posições e propostas e dos valores do sindicalismo de classe que protagoniza, da diferenciação crítica em relação às posições de outras organizações sociais. Exprime a consciência firme de que, perante o profundo desequilíbrio actual das relações entre trabalho e capital, mais do que nunca a construção da unidade de acção dos trabalhadores é um imperativo para juntar forças e vencer a resistência obstinada dos adversários poderosos do trabalho decente e com direitos.

- 6ª. PROPOSTA

A seguir ao ponto 1.3.6., página 12, incluir os seguintes textos:

1.3.6. Os sindicatos, no âmbito sectorial e geográfico do seu estatuto sindical e autonomia jurídica, representam os trabalhadores do respectivo sector ou sectores. A representação dos interesses individuais e colectivos destes trabalhadores expressam-se na especificidade das várias dimensões da acção sindical, especialmente na organização sindical, contratação colectiva, acção reivindicativa e contencioso laboral.

1.3.7. O respeito pela representatividade sectorial e geográfica de cada sindicato é essencial para a sua responsabilização na mobilização, intervenção, acção e luta sindical dos trabalhadores nos locais de trabalho e empresas do seu âmbito sectorial, para a criação e aprofundamento da confiança entre os

sindicatos filiados, a existência e alargamento da coesão da CGTP-IN e do respeito e efectivação pelo princípio confederal de Unidade.

1.3.8. Situações de intromissão no âmbito de cada sindicato realizada por outro sindicato filiado, que representam uma inadmissível ingerência e concorrência entre sindicatos filiados, não somente agride a representatividade de cada sindicato e a coesão confederal mas, principalmente, fere gravemente o princípio de Unidade da CGTP-IN.

1.3.9. Respeitar a representatividade sindical de cada sindicato é um dever de cada filiado e que a CGTP-IN assume e salvaguarda, no âmbito da sua função de coordenação confederal da actividade sindical.

- 7ª. PROPOSTA

A seguir ao ponto 1.4.3., página 13, incluir o seguinte texto:

1.4.4. A actual situação exige que a CGTP-IN enfrente este desafio maior para o futuro do sindicalismo com o melhoramento das actuais práticas, assumindo as dificuldades existentes para criar um ambiente de responsabilização colectiva para melhor as ultrapassar, fazendo da transparência, da circulação de informação sobre todos os dados organizativos, da prestação de contas e do balanço permanente do trabalho uma metodologia constante nos órgãos deliberativos e executivos das organizações.

- 8ª. PROPOSTA

Criação de um novo ponto (1.7.3) sobre as Uniões no capítulo 1.7 (A reestruturação sindical e a reestruturação administrativa), pág. 14:

1.7.3. As Uniões de Sindicatos devem passar a ser, de facto e de direito, as estruturas regionais da CGTP-IN, deixando de possuir autonomia jurídica e devendo ser reavaliados e adequados em conformidade os seus objectivos, organização e recursos.

- 9ª. PROPOSTA

Alteração do ponto 1.9.3 item da página 16, (linhas 8 a 16), substituindo o actual texto pelo seguinte:

- Reavaliar e reajustar o actual modelo estatutário de quotização dos sindicatos para a CGTP-IN e as estruturas intermédias (Federações e Uniões). Fazer um levantamento rigoroso das situações de incumprimento que passaram de excepções a prática generalizada e continuada. Debater com os sindicatos e as estruturas intermédias medidas que assegurem uma mais responsável, solidária e eficiente gestão dos recursos financeiros provenientes da quotização paga pelos trabalhadores, que protejam a manutenção de recursos suficientes onde eles são mais precisos (os sindicatos), racionalizem e adequem os recursos para as estruturas intermédias às suas finalidades, estabeleçam normas adequadas à situação actual do movimento sindical e que sejam susceptíveis de serem efectivamente cumpridas.

CAPITULO 2

- 10ª. PROPOSTA

Substituir o ponto 2.2.11. - texto da página 26, linha 47 até linha 52 - pelo seguinte texto:

2.2.11. - O dramático retrocesso e estagnação da contratação colectiva no nosso país, insuportável numa democracia, exige da CGTP-IN e das suas organizações, aproveitando o novo ciclo político iniciado, um exigente trabalho de reflexão, de iniciativa e de proposição de soluções no domínio da legislação, das políticas laborais, das práticas sindicais e do conteúdo da negociação colectiva que sejam suporte do esforço de unidade de acção neste domínio com outras organizações sindicais e da necessária discussão com o governo e com as organizações patronais para recuperar o dinamismo da negociação colectiva e a recuperação do equilíbrio das relações colectivas de trabalho e da protecção dos direitos laborais.

- 11ª. PROPOSTA

Substituir, no ponto 2.3.1.8. item sobre o salário mínimo, página 28, (linhas 41 a 13), o actual texto pelo texto seguinte:

- A elevação progressiva e no mais breve prazo possível do salário mínimo nacional para 600 euros, a partir do ano corrente, de forma a corresponder às necessidades básicas dos trabalhadores e das suas famílias.

- 12ª. PROPOSTA

Substituir, no ponto 2.3.2.6., segundo item sobre “o combate à desregulação e ao aumento do horário de trabalho”, página 29, (linhas 38 a 45), o actual texto pelo texto seguinte:

- O combate à desregulação e ao aumento do horário de trabalho, fazendo respeitar os horários consagrados nas convenções colectivas, designadamente os seus limites diário e semanal e os dois dias de descanso semanal e a revogação de todas as medidas que visam aumentar o tempo de trabalho, bem como das normas legais que visam transferir para o domínio do contrato individual de trabalho sistemas de bancos de horas e outras formas de flexibilização e extensão do tempo de trabalho, incluindo pelo prolongamento da jornada diária e pelo abuso do trabalho extraordinário (muitas vezes não remunerado), matérias que devem ser exclusivamente tratadas através da contratação colectiva.

- 13ª. PROPOSTA

Substituir, no subcapítulo 2.5., “A Concertação Social e a participação institucional”, da página 30, linha 18 à página 31, linha 36, o actual texto pelo texto seguinte:

2.5.1. O quadro geral do diálogo social no país precisa de ser profundamente alterado. Este quadro é caracterizado: pela inefectividade do direito constitucional de contratação colectiva; pela ausência de diálogo e de negociação responsável na generalidade dos locais de trabalho, prevalecendo posições patronais autoritárias ou “paternalistas”; por práticas de natureza anti-sindical, de que a penalização salarial dos quadros sindicais, por via das carreiras salariais e dos prémios, constitui expressão; pela governamentalização da concertação social; pela baixa eficácia de muitos dos órgãos de participação institucional; pela subversão e negação de diálogo sério e frutífero da parte dos governos, nomeadamente dos anteriores governos sucessivamente da responsabilidade do PS e da coligação de direita PSD-CDS

- NOTA – Este texto assume quase textualmente o ponto 4.4.1 do Programa de Acção aprovado no último congresso

2.5.2. A concertação social tem sido governamentalizada para, a pretexto da competitividade das empresas e da submissão aos ditames neoliberais da União Europeia, legitimar medidas regressivas dos direitos laborais, como ocorreu com o Código do Trabalho, o direito à segurança social e a redução dos direitos dos trabalhadores, que a CGTP-IN sempre denunciou, rejeitou e combateu. Credibilizar a negociação exige que ela se faça de forma séria a todos os níveis, desde logo nos sectores e empresas, sem imposições ou chantagens de ordem governamental ou patronal e tendo em conta as posições sindicais para a solução dos problemas.

- NOTA – *Texto é igual ao do ponto 4.4.3 do Programa de Acção de 2012*

2.5.3. A participação institucional é muito diversa e a experiência passada tem sido também diferenciada. Mas no global, tem funcionado mal: actividade irregular, ou mesmo mau funcionamento de muitos órgãos de participação; governamentalização; eficácia baixa; não distribuição atempada de informação e documentação aos representantes sindicais para a preparação efectiva da sua intervenção; participação formal sem impacto efectivo nas decisões; falta de prestação de contas regular de muitos dos representantes sindicais sobre a sua participação nos órgãos. O facto de haver órgãos que funcionam normalmente e cumprem as competências que lhes são atribuídas prova que não há obstáculos intransponíveis a uma participação institucional efectiva. A CGTP-IN promoverá a avaliação (já decidida no último Congresso e não concretizada) da actividade dos órgãos de participação nos domínios das políticas económicas e sociais, incluindo a participação dos seus representantes, com vista a uma melhor ligação ao trabalho sindical e a formular propostas e exigências ao poder político, aferindo ainda, em cada momento, as prioridades e disponibilidades dos quadros. A revalorização da representação sindical nos órgãos institucionais exige um regular acompanhamento e prestação de contas durante os mandatos e a melhor articulação e alinhamento da acção dos representantes com a acção colectiva da CGTP-IN e dos sindicatos.

- NOTA - *Texto igual ao ponto 4.4.4 do Programa de Acção de 2012, a que se incorporou como texto novo uma caracterização e o último período*

2.5.4 O diálogo social e a participação institucional, incluindo as relações e o diálogo regular com os órgãos de soberania e, em particular, com o Governo, são em democracia direitos inalienáveis dos trabalhadores e dos seus sindicatos, consagrados na Constituição, que também salvaguarda a autonomia efectiva de toda a organização e acção sindicais. O XIII Congresso reafirma a importância do pleno cumprimento de tais direitos e a determinação da CGTP-IN em lhes dar efectividade. As propostas e reivindicações dos sindicatos e da CGTP-IN, construídas com os trabalhadores, afirmadas na sociedade por todos os meios constitucionais ao seu alcance, discutidas com os órgãos de soberania e em particular com os governos, constituem a efectivação de direitos inerentes à democracia e são contributos valiosos para a formulação e implementação de políticas que conduzam Portugal para o caminho do desenvolvimento económico e social. O XIII Congresso da CGTP-IN reafirme o compromisso e a disponibilidade da CGTP-IN para, sem abdicar ou limitar a sua autonomia, valores e princípios, participar nos órgãos institucionais e na concertação social, contribuindo com a sua acção para que o diálogo social tripartido seja valorizado na construção de políticas e compromissos favoráveis ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do país e não esvaziado e instrumentalizado pelo poder económico e político, como tem sucedido.

- NOTA - *Texto integral reproduzido do ponto 4.4.5 do Programa de Acção de 2012, a que se adicionou como texto novo o último período*

CAPITULO IV

- 14ª. PROPOSTA

Substituir, no subcapítulo 4.5., "Defender e reforçar a Segurança Social pública, solidária e universal", e no subcapítulo 4.6., "Garantir os direitos e combater as medidas que visem descaracterização da Segurança Social", o actual texto dos pontos referidos seguidamente pelo novo texto que se apresenta:

Ponto 4.5.5., página 47, da linha 8 à linha 18

4.5.5. A Segurança Social pública, universal e solidária é uma conquista da democracia a que os trabalhadores e o movimento sindical estão histórica e profundamente associados na sua origem e na sua

construção. A Segurança Social não é um fardo indesejável, mas um factor de coesão social e de dinamismo económico, promotor do mercado interno e do crescimento, dinamizador do combate à pobreza e de uma mais justa distribuição dos rendimentos.

Os constrangimentos e ataques a que está sujeita reclamam dos trabalhadores e da CGTP-IN, fiéis à sua matriz histórica, uma mais informada e activa mobilização na defesa de um sistema público insubstituível na protecção solidária contra os riscos sociais e um renovado compromisso de empenhamento na sua defesa. A CGTP-IN está certamente disponível para o diálogo social e político relativamente às soluções que cumpram o que está definido na Constituição, assegurando o reforço e desenvolvimento da Segurança Social e não o corte de direitos.

Ponto 4.6.2., página 47, da linha 34 à linha 45

4.5.9. Não é na questão demográfica que devem ser procuradas as causas principais para os actuais problemas enfrentados pela Segurança Social, embora não deva ser ignorada na consideração da sua sustentabilidade no médio e longo prazo. Mais relevantes foram as consequências económicas e sociais desastrosas da política de austeridade conduzida pelo governo do PSD/CDS no período decorrido desde o último congresso, que produziu recessão económica, mais desemprego, mais emigração, mais precariedade, redução dos salários e cortes nas pensões e outras prestações sociais. Tudo isto afectou profundamente o financiamento, as receitas e as despesas da Segurança Social, fragilizou a protecção das pessoas perante os riscos sociais. A injusta e iníqua política de cortes nas pensões, incluindo o agravamento da idade da reforma e do factor de sustentabilidade, e afectou a relação de confiança dos cidadãos com o sistema público de protecção social.

A ruptura decidida com a política de austeridade, a aposta prioritária na criação de emprego e no desenvolvimento, a revalorização do trabalho e das funções sociais do Estado e da Segurança Social no novo ciclo político iniciado após as últimas eleições legislativas, são a condição fundamental para que seja assegurada a estabilidade da Segurança Social e restabelecida uma sólida relação de confiança intergeracional e dos trabalhadores com este sistema público. A solidez e a sustentabilidade da Segurança Social, como do conjunto das funções e serviços públicos que definem o Estado Social, dependem de escolhas políticas fundamentais quanto à sociedade em que queremos viver, do crescimento económico, da capacidade de criação de emprego, de salários decentes e trabalho digno e de uma maior justiça distributiva.

Ponto 4.6.4., página 48, da linha 6 à linha 11

4.6.4. A CGTP-IN defende que o financiamento do regime previdencial da Segurança Social continue a ser fundamentalmente assegurado por receitas próprias decorrentes da tributação específica sobre os rendimentos do trabalho e tendo por contrapartida o direito às prestações sociais estabelecidas, o que constitui a melhor forma de proteger simultaneamente a sua autonomia e o seu carácter de seguro social público e obrigatório. A CGTP-IN rejeita que o regime previdencial seja principalmente financiado pelo Orçamento do Estado (OE) e por via dos impostos. Primeiro, porque tornaria o financiamento do regime contributivo da Segurança Social refém das políticas dos governos em matéria de transferências orçamentais, como bem demonstram os cortes efectuados nos últimos anos em relação ao financiamento do Sistema de Protecção Social de Cidadania. Segundo, porque representa um risco adicional de descaracterização e desmantelamento do próprio Sistema Previdencial, abrindo portas à transformação de um sistema assente em direitos, num sistema de assistencialismo. O contributo do OE, e por essa via dos impostos, para o financiamento da Segurança Social deve garantir adequadamente a compensação necessária das medidas políticas que agravem encargos e diminuam receitas do regime previdencial, que assegurem o cumprimento das responsabilidades do Estado na CGA e que garantam o financiamento dos regimes não contributivos.

- **Nota: este ponto incorpora o ponto 4.6.4 do projecto e procura dar um enquadramento mais rigoroso à defesa da autonomia financeira do regime previdencial e proteger a sua autonomia enquanto seguro social obrigatório**

CAPITULO V

- **15ª. PROPOSTA**

Alterar, substituir ou incorporar, no Capítulo V, “Lutar por uma nova Sociedade, e Paz e Progresso”, a partir da página 53, linha 31 até à página 61, linha 17, nos subcapítulos e pontos a seguir indicados, o actual texto pelos textos seguintes:

5.1. Por uma Europa democrática dos trabalhadores e dos povos

5.1.1. A ofensiva que se vive na Europa tem uma profunda marca ~~de classe, ideológica.~~ A Direita neoliberal e conservadora, organizada no Partido Popular Europeu, hegemoniza os principais centros de poder político da U.E., a Comissão e o Conselho. Os principais executores desta política são Tendo como executores a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, é suportada no que utilizam o Tratado Orçamental, na a Governação Económica e os Semestres Europeus como instrumentos para a implementação das suas políticas.. ~~que, a~~ A nível nacional, têm o apoio de PSD, de CDS-PP e de PS. ~~o PSD e o CDS seguem fielmente esta mesma orientação ideológica, como se confirmou durante a sua governação durante o anterior governo.~~

5.1.2. As políticas neoliberais que se desenvolvem na Europa e em Portugal têm conduzido à regressão económica e social, à concentração da riqueza numa minoria e ao aumento da pobreza, tornando os países mais dependentes, como é o caso de Portugal, e levando à perda de importantes parcelas de soberania dos Estados-membros da União Europeia (UE).

5.1.3. Ao mesmo tempo, a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e, o Tribunal de Justiça da União Europeia, excepto nalguns casos mais recentes, têm vindo a aprofundar e a validar políticas que põem em causa os direitos dos trabalhadores, quando dão prevalência às liberdades económicas sobre os direitos sociais.

5.1.4. Os sucessivos governos nacionais, ~~dão~~ têm dado seguimento às políticas europeias com os pacotes da política de direita, com particular importância para o anterior governo da Direita do PSD/CDS, que as agravou exponencialmente, a coberto da “necessidade” de respeitar os acordos com os credores, autênticas aves de rapina, atacando as Funções Sociais do Estado, designadamente a saúde, a educação e a segurança social, bem como o direito à segurança no trabalho (com a liberalização do despedimento sem justa causa), à cultura e à habitação. É assim que o anterior governo do PSD/CDS, aplicando com particular zelo o memorando da Troika, levou a que o desemprego e a precariedade tenham aumentam aumentado para níveis elevadíssimos, constantemente; o direito do trabalho ~~deixa~~ tenha deixado de ter a função de protecção do mais fraco, bem como ~~deixa~~ de ser uma legislação de mínimos; o direito à contratação colectiva e a autonomia das partes ~~são~~ tenham sido postas em causa; os salários e as pensões ~~sofrem~~ tenham sofrido cortes reais, quer directamente quer através do aumento brutal dos impostos directos; os serviços públicos ~~são~~ tenham sido privatizados; os preços de bens essenciais e os impostos indirectos ~~aumentam~~ tenham aumentado, bem como, na generalidade, as desigualdades, as injustiças sociais e a pobreza.

5.1.7. O TUE, ~~elaborado nas costas dos trabalhadores e dos povos da Europa,~~ consubstancia mais um avanço no projecto federalista da integração europeia e constitui-se é utilizado pela Direita neoliberal e conservadora, que dele faz uma interpretação profundamente restritiva e ideológica, como instrumento enquadrador da sua ofensiva actual, marcada pela prevalência do económico sobre o social.

5.1.8. O projecto ~~federalista~~ ideológico da Direita neoliberal e conservadora em desenvolvimento visa: reforçar o poder ~~das grandes potências europeias da Alemanha,~~ como grande potência europeia, e, acessoriamente, de outros Estados membros, especialmente a França; impor uma crescente mercantilização de bens e serviços públicos;

desenvolver e intensificar o ataque aos direitos e garantias dos trabalhadores; concretizar um maior centralismo, com a transferência de competências para as instituições da UE, em vários domínios, e ~~pele~~ por uma abusiva limitação da soberania dos povos- restantes Estados – membros.

~~5.1.9. O Tratado da UE é uma opção de classe, que favorece o ataque aos direitos dos trabalhadores e que reforça e poder do grande capital, aprofunda a desregulamentação laboral, promove a precariedade, aumenta a exploração.~~

- **NOTA - a seguir ao actual ponto 5.1.15. incluir os seguintes dois pontos, o que leva à renumeração dos pontos seguintes. Porém, nesta proposta, para não confundir, não se altera a actual numeração do texto, que se mantém, mas que deverá ser alterado posteriormente.**

Ponto novo - 5.1.16. Neste contexto, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores europeus e que enformaram o chamado **“modelo social europeu”** estão a ser duramente golpeadas e sob ameaça crescente no seio da UE, em particular, nos Estados que adoptaram o euro. Sucessivos e cada vez mais erosivos pacotes de “austeridade”, a coberto ou não de acordos de agressão com a *troika* FMI/UE/BCE, fazem dos trabalhadores e de outras camadas sociais mais desfavorecidas os alvos preferenciais, inviabilizam o crescimento, minam os sistemas de protecção social e afundam os países com economias mais vulneráveis, favorecendo a especulação financeira que faz crescer a dívida e a chantagem da bancarrota. É assim que o desemprego e a precariedade atingem níveis históricos, a legislação laboral conhece novos retrocessos, a contratação colectiva e a autonomia das partes são postas em causa, os salários e as pensões sofrem cortes reais, os serviços públicos são atacados, os preços de bens essenciais e os impostos indirectos crescem brutalmente (e os directos penalizam essencialmente os trabalhadores), as desigualdades, as injustiças sociais e a pobreza acentuam-se, sem que se vislumbrem medidas dirigidas aos grandes grupos económicos e financeiros, à taxação da riqueza e das transacções financeiras ou à eliminação dos paraísos fiscais.

Ponto novo - 5.1.17. A situação económica e social com que os povos da Europa e, em particular o povo português, estão confrontados, com especial incidência nos trabalhadores, pensionistas e jovens, tem a sua principal causa na opção por uma política que visa, objectivamente, defender os interesses dos grandes grupos económicos, a concentração e a centralização do capital, a acumulação de mais e mais lucros nas mãos de cada vez menos. Uma política que, impondo a regra do mais forte e mantendo a sua matriz de classe, ganha novos contornos, quer quantitativos quer qualitativos, na **ofensiva contra os trabalhadores e os direitos sociais**. Uma política que encontra nas actuais instituições europeias a via para a imposição de medidas que cerceiam a soberania dos povos, degradam as condições de trabalho e de vida da generalidade das populações, acentuam as desigualdades e assimetrias e fragilizam a estrutura económica dos países com uma base mais débil.

- **NOTA – estes novos pontos são a transcrição integral dos pontos 6.1.2. e 6.1.3. do actual Programa de Acção aprovado no XII Congresso.**

5.1.19. O desenvolvimento da União Europeia e da **cooperação entre os países** da Europa ~~não-jamais~~ pode implicar uma diluição da cultura e tradições dos povos, da sua estrutura económica e as suas estruturas e relações sociais, dos países e dos seus aparelhos de Estado, dos seus sistemas políticos, da sua Sociedade Civil, das suas Constituições e conquistas nelas inscritas, num projecto federalista. O projecto da Direita neoliberal e conservador, de uniformização económica e social em níveis mínimos de direitos laborais e sociais e de total liberalismo para a actividade económica, ao serviço do grande capital, onde a sua hegemonia e as e das grandes potências se sobrepõem à vontade dos Estados-membros e povos, nunca terá sucesso e será combatida.

5.1.20. A CGTP-IN considera que, nos últimos anos, sob a hegemonia da Direita neoliberal e conservador, a UE se tem orientado por princípios e práticas lesivos dos interesses dos trabalhadores em geral e, em particular, dos países economicamente mais débeis, atingidos, desde logo, na sua soberania. Para a CGTP-IN, a persistência e aprofundamento de deste rumo da Europa União Europeia traduz-se traduzir-se-á numa ainda mais brutal crise económica e social, em que os sacrificados ~~continuam~~ continuarão a ser os trabalhadores e as camadas sociais mais desfavorecidas. Por este motivo, a CGTP-IN opor-se-á e combaterá este rumo.

5.1.21. A CGTP-IN reafirma o objectivo da edificação de uma “Europa Democrática dos Trabalhadores e dos

Povos”, assente no princípio da solidariedade internacionalista e norteadada pela defesa e consolidação dos direitos dos trabalhadores. A CGTP-IN intervirá, assim, a todos os níveis, para a construção de uma Europa que potencie o desenvolvimento económico, social e humano dos países, com particular ênfase no aprofundamento dos direitos laborais, sociais, políticos e culturais. A alternativa a esta Europa do neoliberalismo e da regressão social implica políticas norteadas por uma efectiva cooperação entre países soberanos e iguais em direitos.

5.1.26. A CES, no período do anterior Secretariado, que terminou o seu mandato no último Congresso de Setembro, em Paris, e que coincidiu com a crise económica e social na Europa, não tem estado esteve à altura da resposta necessária face às políticas neoliberais que têm esmagado os povos da Europa. Apesar de ter convocado várias lutas, entre elas a Greve Geral europeia de 14 de Novembro de 2012 os posicionamentos e a acção da CES estão, estiveram, assim, muito aquém das necessidades de uma firme e decidida intervenção e luta que se colocam colocaram aos trabalhadores e sindicatos do nosso continente. A CES não teve um projecto que assegure um posicionamento e acção de efectivo combate ao actual rumo, postulando reais alternativas que combatam para combater as políticas de “austeridade” e de aumento da exploração.

5.2.1. A situação mundial é marcada pelo agravamento da crise estrutural de capitalismo social profunda que a generalidade dos povos e dos trabalhadores estão a sofrer desde 2008. Uma crise que, entre outros factores, resulta da crise sistémica do próprio capitalismo, da transferência de verbas da actividade produtiva para a esfera financeira, na financeirização da economia. As últimas décadas são marcadas por uma crescente e maciça aplicação de recursos financeiros na actividade especulativa. Acrescem os efeitos de uma crise cíclica de sobreprodução, que tendo epicentro nos EUA, se arrastou, com particular violência, na Europa e em todos os Continentes.

- ***NOTA - a seguir ao actual ponto 5.2.1. incluir o seguinte ponto, o que leva à renumeração dos pontos seguintes. Porém, nesta proposta, para não confundir, não se altera a actual numeração do texto, que se mantém, mas que deverá ser alterado posteriormente.***

Ponto novo - 5.2.2 - A globalização capitalista e neoliberal conheceu novos desenvolvimentos, alastrando a, praticamente, todo o mundo. No quadro da profunda crise sistémica do modelo dominante, a violenta ofensiva anti-laboral e anti-social lança milhões no desemprego e intensifica a degradação da qualidade do emprego, a desregulamentação e a precariedade, em simultâneo com cortes e perda de poder de compra dos salários, verificando-se, à escala global, brutais aumentos dos preços de bens essenciais (alimentares, combustíveis e outros). Agravam-se as assimetrias e desigualdades, cresce a pobreza e a exclusão social.

- ***NOTA – este novo ponto é a transcrição integral do ponto 7.4.2. do actual Programa de Acção aprovado no XII Congresso***
- ***NOTA - a seguir ao actual ponto 5.2.2. incluir os seguintes pontos, o que leva à renumeração dos pontos seguintes. Porém, nesta proposta, para não confundir, não se altera a actual numeração do texto, que se mantém, mas que deverá ser alterado posteriormente.***

Ponto novo – 5.2.3. - Confrontados com as brutais consequências da crise do capitalismo, os trabalhadores e os povos têm resistido, com determinação, assistindo-se a um crescendo das lutas e da sua combatividade, com forte expressão nos vários continentes. Regista-se o surgimento de movimentos populares e de protesto em muitos países, postulando diferentes objectivos imediatos – por vezes instrumentalizados por sectores e forças conservadoras e de direita, tendo em vista condicionar a luta – mas, essencialmente, animados pelo combate à exploração e às injustiças e reivindicando alternativas políticas.

Ponto novo – 5.2.4. - Neste contexto, muitos sindicatos têm organizado a resistência e luta pela ruptura com o actual rumo e por políticas alternativas e de futuro. Mas a resposta do movimento dos trabalhadores é, ainda, insuficiente, face à dimensão da ofensiva. É imperioso o desenvolvimento de novas dinâmicas de acção e iniciativa, a nível bilateral e multilateral, alargar relações, fomentar a unidade na acção e procurar estimular convergências e alianças sociais, orientadas por objectivos concretos de mudança, tendo em vista contribuir para a elevação do patamar da luta dos trabalhadores e dos povos para inverter esta

situação e abrir caminho a reais alternativas com dimensão social, as quais passam, necessariamente, por mudanças de política à escala nacional, europeia e mundial.

- **NOTA – Estes novos pontos são a transcrição integral dos pontos 7.4.3. e 7.4.4. do actual Programa de Acção aprovado no XII Congresso.**

5.2.3. A luta dos povos pela superação do capitalismo, por melhores condições de vida e por outra política, a rejeição das imposições e objectivos do imperialismo e do capital, a denúncia da natureza predatória, injusta, desumana e irreformável do capitalismo, a afirmação e exigência das mudanças necessárias para garantir **um novo rumo** – de paz, de igualdade e de respeito e cooperação entre nações – constituem-se hoje como factores impulsionadores do alargamento da unidade, da convergência na acção e da participação e são fundamentais para gerar dinâmicas de transformação social, travando a escalada de agressão e de rapina em curso, o que exige, a luta em defesa de uma Pátria Livre, Independente, Soberana e Solidária no âmbito de cada país, de se lutar conseqüentemente pela Democracia, Soberania e Independência Nacional, mesmo tendo em devida consideração que a globalização capitalista e neoliberal coloca problemas novos e complexos para os quais se têm de encontrar soluções num quadro de verdadeira e efectiva Solidariedade e Cooperação.

5.2.5. No quadro da liberalização crescente do mercado de bens transaccionáveis, começando por competir em produtos de menor valor acrescentado e, ao mesmo tempo, dinamizando e diversificando a sua produção e cadeia de valor, os chamados **países emergentes** (África do Sul, China, Brasil, Índia, Rússia) adquirem um papel cada vez mais central no panorama mundial. A estrutura da economia mundial está, assim, em mudança, com um novo grupo de economias a crescer a um ritmo elevado, com impactos positivos que se reflectem num aumento significativo do nível de reservas e, também, numa dívida pública que, globalmente, é substancialmente mais baixa que a dos países mais ricos. Importantes países que assumem intervenções com forte impacto altamente positivo na geoestratégia e na política internacional..

5.3.12. No quadro da brutal ofensiva em curso, só um **movimento sindical que defenda intransigentemente os interesses da Classe Trabalhadora, Reivindicativo, Democrático, Independente, Unitário, de Massas e de Classe, de classe, determinado e combativo**, em cada país, continente e a nível mundial, estará à altura da urgente resposta à violenta ofensiva em curso do capital e dos governos e instituições ao seu serviço.

5.3.14 – A acção internacional da CGTP-IN desenvolve-se à luz dos seus princípios orientadores, promovendo o relacionamento e o diálogo com as duas centrais sindicais mundiais – a CSI e a FSM – e com as diversas organizações sindicais de âmbito continental, regional, sub-regional e nacional, na base de interesses e objectivos concretos e de propostas de acção comum ou convergente, avaliadas em cada momento.

5.3.15 – Eliminar por redundante relativamente ao parágrafo 5.3.14

5.3.16. No plano europeu, a CGTP-IN desenvolve a sua intervenção na **Confederação Europeia dos Sindicatos** (CES), em que está filiada, e mantém relações bilaterais com a maioria das organizações sindicais nacionais e outras do continente europeu, filiadas ou não na CES. A CGTP-IN participa em órgãos, organismos e grupos de trabalho da CES, procurando aprofundar os contactos e acções convergentes com outras organizações, designadamente, com as congéneres do espaço latino, com vista a favorecer estratégias de acção e luta capazes de responder aos problemas que os trabalhadores e os povos dos países da Europa enfrentam. É necessário um sindicalismo de classe na Europa e em cada país europeu. A CGTP-IN continuará a intervir activamente nos órgãos, organismos e grupos de trabalho da CÉS para contribuir para uma maior e mais efectiva acção e luta sindical de âmbito europeu e utilizando todos os espaços de intervenção, e a agir com vista a favorecer a convergência e a unidade na acção com outras organizações sindicais da Europa, filiadas e não filiadas na CES, em ordem ao desenvolvimento de lutas conseqüentes, e unitárias e poderosas.

- **16ª. PROPOSTA**

Substituir no ponto 5.3.19. na página 61, linhas 19 e 20, o actual texto pelo texto seguinte:

5.3.19 – O XIII Congresso da CGTP-IN delibera desencadear o processo de filiação na maior e mais representativa central sindical mundial, a CSI – Confederação Sindical Internacional, entendendo esta

participação como inteiramente compatível com a salvaguarda da sua autonomia e com os seus valores, princípios e identidade, e sem prejuízo do prosseguimento do seu diversificado relacionamento internacional. A CGTP-IN assume esta decisão como um contributo para o necessário fortalecimento da unidade de acção, da cooperação e do fortalecimento da capacidade de intervenção do movimento sindical mundial.

Lisboa. 23.FEV.2016